



## **Impactos do Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (2017-2023) na visão dos docentes da FAETEC**

**Gloria Maria de Sousa dos Santos**

Universidade Federal Fluminense / gloriaria@id.uff.br

**Juliana Amaral dos Santos**

Universidade Federal Fluminense / julianaamaral@id.uff.br

**Marcia Cristina de Almeida Santos**

Universidade Federal Fluminense / marciacas@id.uff.br

**Paulo Emílio Matos Martins**

Universidade Federal Fluminense / pemilio@id.uff.br

### **RESUMO:**

O presente artigo analisa os impactos do Plano de Recuperação Fiscal (2017–2023) do Estado do Rio de Janeiro a partir da perspectiva dos docentes das escolas técnicas de nível médio da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC). Inserido em um contexto de grave crise fiscal estadual, o plano instituiu medidas de austeridade voltadas ao reequilíbrio das contas públicas, como o congelamento salarial, a restrição à realização de concursos públicos e a limitação à progressão funcional. Embora tais medidas tenham sido justificadas como necessárias à estabilidade financeira do Estado, seus efeitos repercutiram diretamente sobre o funcionalismo público, especialmente na área da educação. A pesquisa concentra-se na análise das percepções dos docentes acerca das repercussões econômicas, profissionais e psicossociais decorrentes dessas medidas. Busca-se compreender como esses profissionais vivenciaram as mudanças ocorridas no período, considerando aspectos relacionados à valorização profissional, às condições de trabalho, à estabilidade e ao bem-estar. Ao privilegiar a voz dos sujeitos diretamente afetados, o estudo contribui para o debate sobre os desdobramentos das políticas de austeridade na educação técnica pública e para a reflexão sobre a relação entre o ajuste fiscal e a qualidade do serviço educacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Plano de Recuperação Fiscal, Docentes, FAETEC, Austeridade fiscal, Educação Profissional

### **1. Introdução**

A partir de 2014, o Estado do Rio de Janeiro passou a enfrentar um cenário de grave desequilíbrio fiscal, marcado pela queda das receitas, pelo crescimento do endividamento e pelas dificuldades no cumprimento de obrigações financeiras. Nesse contexto, foi instituído o

**Realização:**



Regime de Recuperação Fiscal, por meio da Lei Complementar nº 149/2017, ao qual o Estado aderiu formalmente, implementando um conjunto de medidas voltadas ao ajuste das contas públicas. Entre essas medidas estiveram o congelamento salarial, a suspensão de concursos públicos, restrições à progressão funcional, reformas previdenciárias e outras iniciativas de contenção de despesas. Tais ações repercutiram diretamente sobre o funcionalismo público estadual, inclusive sobre os profissionais da educação vinculados à Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC).

Embora concebido como instrumento de reequilíbrio financeiro, o Plano de Recuperação Fiscal produziu efeitos que ultrapassaram a dimensão estritamente orçamentária. No âmbito da educação técnica pública, as medidas de austeridade incidiram sobre as condições de trabalho, a organização institucional e as perspectivas profissionais dos docentes. Considerando que a qualidade da oferta educacional está diretamente relacionada às condições estruturais e humanas em que o trabalho docente se realiza, torna-se relevante problematizar como essas medidas foram percebidas pelos profissionais que vivenciaram esse período. A questão central que orienta esta pesquisa consiste em compreender quais foram os impactos do Plano de Recuperação Fiscal (2017–2023) nas condições econômicas, profissionais e psicossociais dos docentes da FAETEC, a partir de sua própria perspectiva.

O objetivo geral do estudo é analisar os impactos das medidas implementadas no âmbito do Plano de Recuperação Fiscal (2017–2023) na visão dos docentes das escolas técnicas de nível médio da FAETEC. Busca-se identificar como esses profissionais interpretam as mudanças ocorridas no período, considerando aspectos relacionados à remuneração, à progressão na carreira, à carga de trabalho, à estabilidade, à infraestrutura institucional, ao reconhecimento profissional e ao bem-estar emocional. A ênfase recai sobre a experiência vivida e os significados atribuídos pelos docentes às transformações decorrentes do ajuste fiscal.

A pesquisa justifica-se pela importância de compreender os efeitos concretos das políticas de austeridade sobre os profissionais responsáveis pela oferta da educação técnica pública. Ao privilegiar a voz dos docentes, o estudo contribui para ampliar o debate acerca das implicações humanas e profissionais das estratégias de ajuste fiscal, evidenciando como decisões macroeconômicas se refletem no cotidiano escolar. Além disso, a investigação pode oferecer subsídios para reflexões institucionais e acadêmicas sobre a relação entre responsabilidade fiscal e garantia de condições adequadas de trabalho, elemento fundamental para a manutenção da qualidade dos serviços educacionais.

## 2. Fundamentação Teórica

A trajetória da dívida pública brasileira revela um movimento histórico marcado por ciclos de expansão, contenção e reestruturação, refletindo os diferentes contextos políticos, econômicos e institucionais vivenciados pelo país. Desde a Independência, em 1822, o Brasil assumiu compromissos financeiros internos e externos para consolidar o Estado Nacional, estabelecendo uma relação estrutural com o crédito público (Ziliotto, 2011). A compreensão dessa linha do tempo é fundamental para contextualizar os mecanismos contemporâneos de ajuste fiscal, como o Regime de Recuperação Fiscal (RRF).



Entre 1822 e 1829, tem início, de maneira formal, a trajetória da dívida pública brasileira. Nesse momento, o Império assumiu compromissos financeiros herdados do período anterior à independência e buscou empréstimos externos para garantir estabilidade política e reconhecimento internacional. Já entre 1830 e 1857, percebe-se uma melhora relativa no cenário fiscal, favorecida pela expansão das exportações de café e por ajustes na arrecadação tributária. Ainda assim, a dívida interna continuou crescendo em termos absolutos (Ziliotto, 2011).

No período de 1858 a 1900, o endividamento se intensificou, influenciado tanto por fatores externos e conflitos — como a Guerra do Paraguai — quanto por crises econômicas internas, a exemplo do Encilhamento. Embora o aumento nominal tenha sido expressivo, não se tratou de um crescimento contínuo e descontrolado, mas de elevações sucessivas do patamar da dívida a cada novo episódio de crise (Ziliotto, 2011). Entre 1901 e 1912, observa-se uma fase de maior estabilidade, com crescimento moderado da dívida e redução proporcional em relação ao PIB. Contudo, entre 1913 e 1937, eventos como a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão provocaram novas oscilações e ampliaram o endividamento externo.

De 1938 a 1964, registra-se uma redução significativa da dívida externa, especialmente após a moratória decretada no governo Vargas. Esse movimento, entretanto, esteve acompanhado de pressões inflacionárias decorrentes do financiamento via emissão monetária. Já no período de 1965 a 1985, a dívida voltou a crescer de forma expressiva, sendo utilizada como instrumento de política econômica durante o regime militar, sobretudo por meio da ampliação do endividamento externo (Ziliotto, 2011).

Entre 1986 e 1994, o país enfrentou restrições ao crédito externo e buscou implementar medidas de estabilização macroeconômica, o que resultou em redução relativa da dívida em relação ao PIB. Com a implementação do Plano Real, a partir de 1995, iniciou-se uma nova etapa de expansão do endividamento, impulsionada por taxas de juros elevadas e pela necessidade de financiar ajustes estruturais. Entre 1995 e 2004, a dívida cresceu de forma mais intensa até 2001, desacelerando nos anos seguintes, em um contexto de maior disciplina fiscal e adoção do regime de câmbio flutuante (Ziliotto, 2011).

A Constituição Federal de 1988 representou um marco decisivo na organização das finanças públicas ao instituir princípios como a legalidade, o planejamento e a transparência (Brasil, 1988). Esse novo arranjo foi fortalecido por legislações subsequentes, como a Lei nº 9.496/1997, que promoveu a renegociação das dívidas estaduais, e, sobretudo, pela Lei Complementar nº 101/2000 — a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que consolidou limites para gastos, endividamento e operações de crédito, reforçando a *accountability* e o equilíbrio fiscal (Brasil, 2000; Sacramento, 2015).

Apesar do avanço institucional, as tensões federativas e as fragilidades estruturais persistiram. A descentralização fiscal, aliada à expectativa de socorro financeiro por parte da União, dificultou a aplicação uniforme das regras fiscais, incentivando comportamentos de risco por parte de estados e municípios (Torrezan; Paiva, 2021). Em contextos de baixo crescimento econômico e de queda na arrecadação, diversos estados enfrentaram a



incapacidade de cumprir obrigações básicas, como o pagamento de servidores e fornecedores (Nazareth; Araújo, 2021).

Medidas adicionais buscaram enfrentar esses desafios, como a Lei Complementar nº 148/2014, que alterou os critérios de indexação das dívidas, e a Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Teto de Gastos, limitando o crescimento das despesas primárias da União (Brasil, 2016a; Lourenço, 2018). Ainda assim, estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul permaneceram em situação fiscal crítica.

Nesse cenário, foi instituído o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) pela Lei Complementar nº 159/2017 (Brasil, 2017b), regulamentado pelo Decreto nº 9.109/2017 (Brasil, 2017a). O RRF constitui um mecanismo extraordinário destinado a estados em condição fiscal-financeira grave, permitindo a suspensão temporária do pagamento das dívidas com a União e o alongamento dos prazos por até 240 meses, além do refinanciamento de débitos com o FGTS e o BNDES (Damaceno, 2022; Torrezan; Paiva, 2021).

Para aderir ao regime, o Estado deve comprovar elevado comprometimento da Receita Corrente Líquida com despesas obrigatórias e insuficiência de caixa (Brasil, 2017b). A adesão exige a elaboração de um Plano de Recuperação Fiscal (PRF), contendo metas fiscais, medidas de ajuste, reformas estruturais e eventuais privatizações, submetido à supervisão da União (Secretaria do Tesouro Nacional, 2024b; Rio de Janeiro, 2024b).

Embora o RRF ofereça alívio imediato de caixa e a possibilidade de reorganização do perfil da dívida, impõe severas contrapartidas, como limitação de despesas, vedação a reajustes salariais e restrições à concessão de benefícios tributários (Brasil, 2017b). Assim, a linha do tempo da dívida pública brasileira demonstra que o endividamento é um fenômeno estrutural, cuja gestão tem exigido ajustes institucionais contínuos. O desafio contemporâneo permanece na conciliação entre responsabilidade fiscal, autonomia federativa e a manutenção de investimentos essenciais, garantindo a sustentabilidade econômica sem comprometer direitos sociais (Giambiagi; Tinoco, 2023).

### 2.1. *Plano de Recuperação Fiscal – o caso Rio de Janeiro (2017 a 2023)*

A trajetória do endividamento do Estado do Rio de Janeiro evidencia um processo de deterioração fiscal que se intensificou a partir da segunda metade da década de 2010. Embora tenham sido observados períodos de relativa estabilidade, como entre 2009 e 2010 e entre 2015 e 2017, esses períodos foram sucedidos por ciclos de crescimento acelerado da dívida pública, especialmente após 2016 (Rio de Janeiro, 2022). O salto expressivo no estoque da dívida entre 2016 e 2017 simboliza o agravamento da crise fiscal, culminando no decreto de estado de calamidade pública, motivado pela incapacidade do ente estadual de honrar compromissos básicos diante de bloqueios e arrestos de contas (Damaceno, 2022; Rio de Janeiro, 2022).

Nesse contexto de insolvência e perda de capacidade de gestão financeira, tornou-se evidente a necessidade de adotar medidas estruturais para restaurar a credibilidade fiscal do Estado, em consonância com as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal (Cruz et al., 2018). Assim, em 2017, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), instituído pela Lei Complementar nº 159/2017 (Brasil, 2017b), mediante decisão do então



governador, após o cumprimento dos requisitos de elegibilidade previstos na referida norma. A adesão concedeu ao Estado benefícios relevantes, como o alongamento da dívida fundada, a suspensão temporária do pagamento de parcelas e a flexibilização de exigências legais para contratação de operações de crédito (Torrezan; Paiva, 2021; Passos, Portugal; Aguiar Filho, 2020).

Em contrapartida, o Estado assumiu rigorosos compromissos de ajuste fiscal, formalizados no Plano de Recuperação Fiscal (PRF), que previa a geração de aproximadamente R\$ 94 bilhões até 2023, combinando a elevação das receitas e a contenção das despesas (Passos, Portugal; Aguiar Filho, 2020). O plano foi estruturado em três grupos de medidas. O primeiro contemplava renegociação e alongamento de dívidas, operações de crédito e alienação de ativos estratégicos, com destaque para a venda das ações da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), considerada uma das principais estratégias de enfrentamento da crise (Rio de Janeiro, 2017a; 2024a).

O segundo grupo envolvia medidas condicionantes à adesão ao regime, como reformas previdenciárias, redução de incentivos fiscais, criação de legislação estadual de responsabilidade fiscal e ajustes no regime de previdência complementar (Brasil, 2017b; Rio de Janeiro, 2017a). Já o terceiro grupo compreendia ações adicionais voltadas à ampliação da arrecadação tributária, à revisão de benefícios fiscais, à modernização da administração fazendária, a ajustes nas receitas provenientes do setor de petróleo e gás, além de reestruturações administrativas e concessões públicas (Rio de Janeiro, 2024a; 2024b).

Apesar do esforço institucional e da suspensão temporária do pagamento de aproximadamente R\$ 34,1 bilhões em dívidas, medida que possibilitou a manutenção de pagamentos a fornecedores e servidores, os resultados fiscais ficaram aquém das projeções iniciais (Torrezan; Paiva, 2021). O cenário macroeconômico adverso, a volatilidade do mercado petrolífero, dificuldades políticas na implementação integral das medidas e limitações na gestão da dívida contribuíram para o insucesso parcial do plano (Damaceno, 2022; Torrezan; Paiva, 2021). Indicadores como a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida continuaram a se deteriorar, evidenciando a persistência da fragilidade fiscal (Pellegrini, 2020).

Entre os resultados mais concretos observados, destacou-se a redução dos gastos com pessoal, alcançada por meio da suspensão de reajustes salariais, do aumento da contribuição previdenciária, da revisão de carreiras e da limitação de contratações (Nazareth; Araújo, 2021; Rio de Janeiro, 2017a). Contudo, tais medidas produziram impactos significativos sobre os servidores públicos, incluindo atrasos e parcelamentos salariais, redução de benefícios e aumento da insegurança funcional.

A crise foi intensificada em 2020 com a pandemia de Covid-19, que provocou retração econômica e queda na arrecadação tributária. Diante desse novo cenário, foi instituído o Novo Regime de Recuperação Fiscal (NRRF), fundamentado na Lei Complementar nº 178/2021 (Brasil, 2021a), que permite nova suspensão de pagamentos e o escalonamento das dívidas por prazo ampliado. O Supremo Tribunal Federal determinou a permanência do estado no regime, reconhecendo a gravidade da situação financeira (Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, 2020).





Ainda assim, avaliações posteriores indicam que o RRF não foi suficiente para restabelecer plenamente o equilíbrio fiscal do estado, tendo em vista o crescimento do endividamento e a manutenção de indicadores desfavoráveis de liquidez e de capacidade de poupança (Pellegrini, 2020). O processo de adesão e implementação do regime, acompanhado pelo Conselho de Supervisão e por órgãos federais como a Secretaria do Tesouro Nacional, revelou-se complexo e marcado por revisões, ajustes e negociações contínuas (Secretaria do Tesouro Nacional, 2024a).

Dessa forma, a experiência do Estado do Rio de Janeiro evidencia os desafios estruturais envolvidos na implementação de políticas de austeridade fiscal em contextos de crise profunda. Embora o RRF tenha evitado o colapso imediato das finanças estaduais, não conseguiu promover, no período analisado, uma recuperação fiscal sustentável. O caso reforça a necessidade de estratégias que articulem ajuste fiscal, crescimento econômico, gestão eficiente da dívida e fortalecimento das bases arrecadatórias, especialmente em economias fortemente dependentes de receitas voláteis, como as provenientes do setor de petróleo e gás (Torrezan; Paiva, 2021).

### 3. Método de Pesquisa

O processo inicial envolveu a elaboração do referencial teórico por meio de pesquisa bibliográfica, na qual se utilizaram produções acadêmicas eletrônicas obtidas em plataformas especializadas, como *Research Rabbit*, *SciSpace*, Periódicos Capes, *Web of Science*, *Scopus* e *SciELO*. Além disso, foram consultadas produções acadêmicas físicas do acervo da Biblioteca de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense (UFF). As palavras-chave utilizadas como orientação foram: "Regime de Recuperação Fiscal", "Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro", "Lei de Responsabilidade Fiscal", "Reforma Administrativa no Brasil", "Reforma Gerencial de 1995", "docentes" e "FAETEC". Para a sistematização das referências bibliográficas, foi utilizado o programa Zotero e suas extensões, uma ferramenta de gestão de referências de código aberto, projetada para organizar dados bibliográficos e materiais de pesquisa de forma eficaz.

O passo seguinte foi a realização da pesquisa documental, utilizando como principais fontes primárias documentos originais, como leis, regulamentos e relatórios. Estes foram obtidos nos sítios do Portal de Transparência do Governo do Estado do Rio de Janeiro e no Portal do Tesouro Nacional Transparente da União. Por outro lado, as fontes secundárias utilizadas consistem principalmente em artigos de jornais eletrônicos.

Após a definição do tema de pesquisa, a fase seguinte consistiu na seleção de 13 docentes de diversas unidades da FAETEC, todos admitidos na instituição antes de 2014 e alocados nas Escolas Técnicas Estaduais, para participação em entrevistas semiestruturadas. Com o objetivo de obter respostas ricas e detalhadas, as entrevistas foram conduzidas até a saturação teórica, critério amplamente utilizado na pesquisa qualitativa (Bauer; Gaskell, 2002; Glaser; Strauss, 1967; Minayo, 2014). Assim, foram entrevistados oito docentes, momento em



que se constatou a repetição nas respostas, o que indica que novos dados não trariam informações adicionais significativas para a análise.

A saturação teórica ocorre quando os dados coletados se tornam redundantes e deixam de agregar novos elementos ao estudo. Atingir essa etapa indica que o material obtido é suficiente para responder às questões da pesquisa com profundidade analítica e robustez interpretativa, assegurando que as principais categorias de análise foram exaustivamente exploradas. Essa decisão cuidadosa de encerrar as entrevistas foi orientada pela observação de que novos depoimentos não estavam mais enriquecendo a compreensão dos fenômenos investigados, o que permitiu uma interpretação sólida dos dados.

O perfil dos participantes abrangeu cinco homens e três mulheres, com idades entre 40 e 55 anos, faixa etária que combina experiência consolidada e maturidade profissional. A formação acadêmica: 3 deles têm mestrado completo e os outros 5 possuem pós-graduação lato sensu. Por fim, o tempo de lotação da FAETEC varia entre 10 e 25 anos. Esses atributos são essenciais para a abordagem prática e teórica adotada pela FAETEC, na qual a diversidade de idades e gêneros entre os docentes contribui para um ambiente educacional plural e enriquecedor. A interação entre experiência acumulada e uma visão atualizada e inovadora sobre a educação técnica e profissionalizante fortalece a qualidade do ensino. As entrevistas foram realizadas entre maio e agosto de 2024.

Para a realização das entrevistas, optou-se pela amostragem por conveniência, definida por Marconi e Lakatos (2003) como "uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo." Nesse caso, a seleção dos participantes ocorreu com base na disponibilidade dos docentes para responder ao roteiro de entrevista proposto. Esse método, bastante comum em pesquisas qualitativas, utiliza a acessibilidade dos participantes como critério principal de seleção, priorizando a praticidade e viabilidade da coleta de dados (Bauer; Gaskell, 2002; Gil, 2008; Minayo, 2014). Essa abordagem foi necessária devido a limitações de tempo e de recursos, o que impôs a seleção de entrevistados facilmente acessíveis.

A escolha da amostragem por conveniência permitiu que docentes dispostos a participar colaborassem no estudo no cronograma planejado, evitando grandes desafios logísticos e financeiros. No entanto, essa opção apresenta limitações quanto à representatividade dos resultados, pois o viés de seleção pode limitar a generalização das conclusões. Por exemplo, como os participantes foram selecionados em função da conveniência de sua disponibilidade, suas percepções e experiências podem não refletir de forma abrangente a realidade de toda a comunidade da FAETEC.

Para diminuir essas limitações, o estudo focou na profundidade das respostas dos entrevistados, priorizando a análise detalhada de suas experiências e percepções. A partir disso, as conclusões foram formuladas de modo a considerar as particularidades das vivências relatadas, sem extrapolações que pudessem comprometer a validade do estudo.

As entrevistas foram conduzidas remotamente, por meio do recurso eletrônico Google Meet, garantindo flexibilidade e acesso aos participantes. Para assegurar a precisão e o registro adequado, todas as entrevistas foram gravadas e transcritas com o auxílio da ferramenta de



inteligência artificial *TacTiq*. Após a transcrição automática, todo o conteúdo foi revisado manualmente para corrigir eventuais erros de transcrição ou interpretações imprecisas, garantindo que as falas dos entrevistados fossem fielmente representadas e preservadas para análise.

Após a conferência das transcrições, realizou-se uma análise qualitativa dos dados, que envolveu a leitura e a interpretação cuidadosas das informações fornecidas pelos entrevistados, permitindo a organização sistemática dos dados coletados e proporcionando uma base estruturada para a discussão dos resultados. Esse processo de análise detalhada permitiu identificar padrões e tendências relevantes, promovendo a compreensão dos impactos sob a perspectiva dos docentes.

A sistematização das entrevistas possibilitou a organização do material empírico em seis categorias analíticas, estruturadas para apreender, de forma articulada, os múltiplos impactos do PRF no cotidiano institucional da fundação: (1) Aspectos Econômicos e Financeiros; (2) Aspectos Psicossociais e de Saúde Mental; (3) Exercício Profissional; (4) Qualificação Acadêmica e Profissional; (5) Qualidade do Ensino; e (6) Visão de Futuro.

Cada uma dessas categorias corresponde a uma dimensão específica da experiência docente, permitindo articular elementos objetivos (como remuneração, infraestrutura e organização do trabalho) com dimensões subjetivas, tais como reconhecimento profissional, sentimento de pertencimento institucional e expectativas quanto ao futuro da educação técnica estadual. Essa estrutura analítica favorece uma compreensão integrada, capaz de conectar o plano macro das políticas fiscais às experiências concretas vivenciadas nas escolas.

#### 4. Análise dos Resultados

Nos tópicos subsequentes, os resultados obtidos são apresentados de forma articulada às categorias analíticas previamente definidas, evidenciando como as medidas de ajuste fiscal repercutem na dinâmica organizacional, na valorização profissional e na sustentabilidade da instituição analisada.

##### 4.1. Aspectos Econômicos e Financeiros

A dimensão econômica e financeira foi a que sofreu o impacto mais imediato, sendo a primeira a ser sentida pelos docentes da FAETEC durante a implementação do Plano de Recuperação Fiscal. (2017–2023). As medidas de austeridade previstas no regime, especialmente as relacionadas à contenção de despesas com pessoal, tiveram efeitos diretos sobre a remuneração, o poder de compra e a estabilidade financeira dos profissionais da instituição.

Uma das principais contrapartidas do Regime de Recuperação Fiscal foi a imposição de limites rigorosos ao crescimento das despesas obrigatórias, incluindo a folha de pagamento. Como consequência, os docentes permaneceram por um longo período sem receber recomposição salarial. O congelamento não se limitou à ausência de reajustes anuais, mas também afetou progressões, promoções e reestruturações de carreira. Na prática, isso significou a manutenção nominal dos vencimentos em um contexto de aumento contínuo do custo de vida.





Sob a perspectiva dos entrevistados, o congelamento salarial foi percebido como um fator de desvalorização profissional e institucional. Muitos docentes relataram uma sensação de estagnação, tanto financeira quanto na trajetória de carreira, o que comprometeu a motivação e o vínculo com a instituição. A ausência de políticas de valorização salarial foi frequentemente associada à perda de reconhecimento do papel estratégico da educação técnica no desenvolvimento socioeconômico do estado.

A manutenção nominal dos salários, sem reajustes alinhados aos índices inflacionários, resultou em perda significativa do poder aquisitivo ao longo do período analisado. Mesmo em anos de inflação moderada, o efeito acumulado foi expressivo. A defasagem tornou-se ainda mais sensível em momentos de alta nos preços de bens essenciais, como alimentação, transporte, energia elétrica e combustíveis.

A perda acumulada comprometeu a capacidade de planejamento financeiro de médio e longo prazo, impactando decisões sobre consumo, investimento e qualidade de vida. Os relatos evidenciam que essa perda foi sentida de forma concreta no cotidiano: redução dos padrões de consumo, adiamento de projetos pessoais e maior preocupação com as despesas básicas.

Outro elemento relevante refere-se à comparação entre a evolução salarial dos docentes da FAETEC e a valorização do salário mínimo e do piso nacional do magistério. Enquanto o salário mínimo apresentou reajustes periódicos, ainda que variáveis ao longo dos anos, os vencimentos docentes permaneceram estáticos. Essa discrepância reduziu a distância proporcional entre a remuneração do professor técnico estadual e o salário mínimo, evidenciando uma perda relativa na valorização profissional.

Além disso, ao comparar com a evolução do piso salarial nacional do magistério, observa-se uma defasagem significativa. Embora o piso nacional tenha como referência a educação básica, ele funciona como parâmetro simbólico e político para a valorização da docência no país. A ausência de alinhamento ou de atualização compatíveis reforçou a percepção de descompasso entre as diretrizes nacionais de valorização do magistério e a realidade estadual. Essa defasagem foi interpretada pelos entrevistados como indicativa de fragilidade das políticas de valorização profissional no âmbito da FAETEC e do governo estadual.

A combinação entre o congelamento salarial e a perda do poder de compra gerou instabilidade financeira para uma parcela significativa dos docentes. Relatos indicam que muitos profissionais passaram a buscar fontes adicionais de renda, como:

- Atuação em instituições privadas;
- Realização de aulas particulares;
- Exercício de atividades profissionais paralelas à docência;
- Participação em contratos temporários ou em consultorias.

Essa necessidade de complementação de renda implicou aumento da carga horária total de trabalho, com impactos indiretos no tempo disponível para o planejamento pedagógico, a qualificação profissional e o descanso.



Em alguns casos, a sobrecarga financeira também se relacionou a atrasos salariais ocorridos em períodos anteriores à consolidação do regime, o que contribuiu para o endividamento pessoal. A insegurança quanto à regularidade e valorização futura dos vencimentos intensificou o sentimento de instabilidade institucional.

Do ponto de vista organizacional, a necessidade de múltiplos vínculos profissionais comprometeu a dedicação exclusiva e a permanência de quadros qualificados na instituição, contribuindo para a evasão de docentes experientes.

#### 4.2. *Aspectos Psicossociais e de Saúde Mental*

Além dos impactos econômicos objetivos, o Plano de Recuperação Fiscal produziu efeitos relevantes na dimensão subjetiva do trabalho docente. A docência, especialmente no âmbito da educação técnica pública, envolve não apenas a transmissão de conteúdo, mas também compromisso social, identidade profissional e vínculo institucional. Nesse contexto, as medidas de austeridade repercutiram diretamente no bem-estar emocional e na saúde mental dos docentes da FAETEC.

Os relatos evidenciam que o período de vigência do PRF foi marcado pela intensificação do estresse ocupacional. A combinação entre congelamento salarial, incerteza quanto ao futuro da instituição, restrições orçamentárias e ausência de perspectivas claras de valorização profissional contribuiu para um ambiente de tensão permanente.

O estresse manifestou-se de diferentes formas: preocupação constante com a estabilidade financeira, receio de novas medidas restritivas, sobrecarga decorrente da redução de quadros e da necessidade de assumir múltiplas funções. A insegurança quanto à continuidade de políticas educacionais e de investimentos institucionais também foi apontada como um fator gerador de ansiedade.

Do ponto de vista organizacional, ambientes marcados por incerteza prolongada elevaram os níveis de desgaste emocional, especialmente porque não houve canais institucionais claros de comunicação e participação. A percepção de instabilidade sistêmica ampliou o sentimento de vulnerabilidade individual, afetando a saúde mental e a qualidade das relações de trabalho.

Outro aspecto recorrente nas entrevistas refere-se ao sentimento de desvalorização profissional. A ausência de reajustes, aliada à percepção de que a educação técnica não figurava como prioridade nas políticas de ajuste, foi interpretada como um sinal de enfraquecimento do reconhecimento institucional do papel do docente.

A valorização profissional, na perspectiva dos participantes, não se restringe à remuneração, mas também envolve reconhecimento simbólico, condições adequadas de trabalho e perspectiva de crescimento na carreira. Quando essas dimensões são comprometidas, há um impacto direto na identidade profissional.

A docência, enquanto atividade de natureza vocacional e socialmente relevante, está fortemente associada à construção de sentido no trabalho. A percepção de desvalorização fragiliza esse sentido, gerando frustração e distanciamento emocional em relação à instituição. Alguns docentes relataram sentimento de invisibilidade perante as políticas



públicas, especialmente quando comparadas às diretrizes nacionais de valorização do magistério.

A desmotivação foi apontada como uma consequência cumulativa dos fatores econômicos e simbólicos. A ausência de perspectivas de progressão, a limitação de investimentos estruturais e a incerteza quanto ao futuro da FAETEC contribuíram para a redução do engajamento profissional.

A insegurança institucional manifestou-se em diferentes níveis:

- Incerteza quanto à manutenção de cursos e unidades;
- Dúvidas sobre reposição de pessoal;
- Preocupação com a sustentabilidade financeira da fundação;
- Receio de novas reformas administrativas.

Esse cenário impactou a cultura organizacional, enfraquecendo o sentimento de pertencimento e comprometimento coletivo. A insegurança prolongada tende a reduzir iniciativas inovadoras, inibir projetos pedagógicos de longo prazo e limitar investimentos pessoais em qualificação.

É importante destacar que tais efeitos não implicam a ausência de comprometimento docente. Ao contrário, muitos participantes relataram ter feito esforços adicionais para manter a qualidade do ensino apesar das adversidades. Contudo, esse esforço frequentemente ocorreu à custa de maior desgaste emocional.

#### 4.3. *Exercício Profissional*

O exercício da docência na FAETEC, durante a vigência do Plano de Recuperação Fiscal (2017–2023), foi diretamente impactado pelas restrições orçamentárias impostas ao Estado do Rio de Janeiro. As medidas de contenção de gastos repercutiram na organização do trabalho pedagógico, na estrutura física das unidades e na dinâmica institucional, produzindo efeitos que ultrapassam a dimensão remuneratória e atingem o cotidiano profissional dos docentes.

A sobrecarga de trabalho foi uma das consequências mais frequentes nos relatos dos participantes. A limitação na realização de concursos públicos e na reposição de quadros resultou na redistribuição de turmas, na ampliação da carga horária e no acúmulo de funções administrativas e pedagógicas. Em diversos casos, docentes passaram a assumir disciplinas além de sua área específica de formação ou a exercer atividades complementares, como a coordenação informal de projetos, a organização de eventos institucionais e o apoio a demandas administrativas. Essa ampliação de responsabilidades ocorreu sem correspondente valorização financeira ou reconhecimento formal.

A sobrecarga não se restringiu ao número de aulas ministradas, mas também incluiu o aumento do tempo destinado ao planejamento, às correções, à elaboração de materiais didáticos e à adaptação a contextos adversos, como a necessidade de suprir carências estruturais. Do ponto de vista organizacional, a intensificação do trabalho pode comprometer a qualidade do processo pedagógico, na medida em que reduz o tempo disponível para



planejamento qualificado, inovação metodológica e acompanhamento individualizado dos estudantes.

Outro impacto significativo relaciona-se à redução ou postergação de investimentos em infraestrutura. As restrições fiscais limitaram os recursos destinados à manutenção predial, à modernização de laboratórios, à aquisição de equipamentos e à atualização tecnológica. Considerando que a FAETEC atua na formação técnica e profissional, a infraestrutura desempenha papel central no processo de ensino-aprendizagem. Laboratórios atualizados, equipamentos específicos e ambientes adequados são elementos essenciais para garantir uma formação compatível com as exigências do mercado de trabalho e com as diretrizes curriculares.

Os docentes relataram dificuldades decorrentes de equipamentos obsoletos, de limitações de insumos para as atividades práticas e de manutenção inadequada dos espaços físicos. Tais condições exigiram adaptações constantes e, em alguns casos, improvisações pedagógicas para assegurar a continuidade das atividades. A percepção de deterioração estrutural também impactou, simbolicamente, o exercício profissional, reforçando o sentimento de desvalorização institucional e de precarização do ambiente de trabalho.

As restrições impostas pelo Regime de Recuperação Fiscal incluíram limitações severas à realização de concursos públicos e à contratação de novos servidores. Como consequência, aposentadorias, exonerações e afastamentos não foram plenamente compensados por novas admissões.

A redução progressiva do quadro efetivo gerou impactos cumulativos:

- Aumento do número de turmas por docente;
- Redução de oferta de determinadas disciplinas;
- Dificuldades na manutenção de projetos extracurriculares;
- Fragilização da gestão acadêmica.

Além disso, a ausência de reposição compromete a renovação do corpo docente, dificultando a incorporação de novas competências técnicas e pedagógicas. Em áreas tecnológicas, especialmente, a atualização constante é fundamental para acompanhar as transformações do setor produtivo. A limitação na reposição de pessoal também pode gerar descontinuidade institucional, uma vez que a saída de profissionais experientes implica perda de memória organizacional e de capital intelectual acumulado ao longo dos anos.

#### 4.4. *Qualificação Acadêmica e Profissional*

A valorização docente não se restringe à remuneração imediata; também se manifesta na possibilidade de crescimento intelectual, progressão funcional e reconhecimento institucional. No período de vigência do Plano de Recuperação Fiscal, a qualificação acadêmica e profissional dos docentes da FAETEC foi impactada por restrições orçamentárias e administrativas que limitaram incentivos à formação continuada e dificultaram a evolução na carreira. A formação continuada constitui elemento essencial para a atualização pedagógica e



técnica, sobretudo em instituições de educação profissional e tecnológica, nas quais o avanço científico e as transformações do mercado de trabalho ocorrem em ritmo acelerado.

Entretanto, os relatos indicam uma redução significativa de políticas institucionais de incentivo à qualificação, tais como apoio financeiro a cursos de pós-graduação, afastamentos remunerados para estudo e participação em eventos científicos. A ausência de estímulos formais levou muitos docentes a arcar com custos próprios para manter sua atualização profissional, o que nem sempre foi possível diante da perda do poder aquisitivo.

Essa limitação repercute não apenas no desenvolvimento individual, mas também na capacidade institucional de inovar. A formação continuada favorece a incorporação de novas metodologias, tecnologias educacionais e práticas alinhadas às demandas contemporâneas. Sua redução tende a produzir efeitos cumulativos no médio e no longo prazo.

Outro ponto sensível refere-se à progressão funcional. A estagnação salarial e a suspensão ou o atraso de mecanismos de evolução na carreira geraram uma sensação de bloqueio profissional. A progressão, além de instrumento de valorização econômica, representa reconhecimento formal do aprimoramento acadêmico e do tempo de serviço. Quando tais mecanismos são interrompidos ou dificultados, ocorre enfraquecimento da motivação e da perspectiva de crescimento institucional.

Os docentes relataram frustração diante da impossibilidade de avançar na carreira mesmo após investirem em qualificação. Essa dissociação entre esforço individual e retorno institucional contribui para a percepção de desalinhamento entre mérito e reconhecimento, o que compromete o comprometimento de longo prazo com a instituição.

#### 4.5. *Qualidade do Ensino*

A educação técnica pública depende de condições estruturais, de valorização profissional e de estabilidade institucional. Os impactos do PRF, embora direcionados ao equilíbrio fiscal, produziram efeitos indiretos na qualidade do ensino oferecido pela FAETEC. As restrições orçamentárias influenciaram a capacidade de expansão e de manutenção de determinados cursos. A limitação de recursos dificultou a atualização curricular, a aquisição de equipamentos específicos e a abertura de novas turmas em áreas estratégicas.

Em alguns casos, a redução do quadro docente e a ausência de reposição adequada comprometeram a regularidade da oferta de disciplinas, gerando descontinuidade formativa e impactando na atratividade institucional perante a comunidade. A educação técnica exige adaptação constante às demandas produtivas e tecnológicas e, quando a instituição opera sob severas restrições fiscais, sua capacidade de resposta a essas mudanças se torna limitada.

A manutenção da qualidade do ensino está diretamente relacionada às condições físicas e materiais das unidades escolares. Relatos apontam dificuldades na manutenção predial, na atualização de laboratórios e na aquisição de insumos necessários às atividades práticas. Na educação técnica, a prática é um componente central do processo formativo. A utilização de equipamentos defasados ou insuficientes comprometeu a experiência pedagógica e reduziu a aderência da formação às exigências do mercado de trabalho.





Além do impacto pedagógico, a deterioração estrutural tem efeito simbólico, afetando a percepção de qualidade por parte de estudantes e docentes. A soma de restrições financeiras, limitações de pessoal e dificuldades estruturais levantou questionamentos acerca da sustentabilidade institucional no longo prazo.

Instituições de ensino técnico demandam investimentos contínuos para manter padrões de qualidade. A interrupção prolongada desse ciclo fragilizou a competitividade institucional, reduziu a procura por cursos e comprometeu a missão social da FAETEC. Embora não se configure colapso imediato, os efeitos acumulados indicam a necessidade de políticas estruturantes que conciliem equilíbrio fiscal com a preservação da função educacional.

#### 4.6. *Visão de Futuro*

A percepção dos docentes sobre o futuro da instituição constitui um indicador relevante da saúde organizacional. As entrevistas revelaram sentimentos ambivalentes, combinando compromisso com a missão educacional e preocupação com a continuidade das condições atuais. Um dos riscos apontados refere-se à evasão de docentes experientes em busca de melhores condições em outras redes ou no setor privado. A defasagem salarial e a ausência de perspectivas de progressão tornam a permanência menos atrativa, especialmente para profissionais com alta qualificação técnica.

A saída de quadros qualificados implica perda de capital intelectual e fragiliza a continuidade de projetos pedagógicos consolidados. A incerteza institucional, associada às restrições fiscais, gerou dúvidas quanto à estabilidade estrutural e à valorização futura. Ainda que não houvesse ameaça direta de extinção da instituição, o ambiente de instabilidade prolongada contribuiu para a sensação de vulnerabilidade organizacional.

Essa insegurança influenciou decisões individuais de carreira, o planejamento de longo prazo e o engajamento institucional. Os docentes expressaram preocupação quanto ao papel estratégico da educação técnica no desenvolvimento regional. A percepção de redução de investimentos e de prioridade política foi interpretada como um possível enfraquecimento do setor público de formação profissional.

Considerando que a educação técnica cumpre uma função social relevante na inserção produtiva de jovens e trabalhadores, seu enfraquecimento produziu efeitos que ultrapassam o ambiente escolar, impactando o desenvolvimento econômico e social do estado.

### 5. **Conclusões**

O presente artigo analisou os impactos do Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (2017–2023) sobre os docentes da FAETEC, articulando a dimensão normativa do regime com a experiência concreta dos profissionais diretamente afetados por suas medidas. A partir da contextualização da crise fiscal estadual, da análise das principais disposições do plano e da investigação qualitativa junto aos docentes, foi possível compreender que os efeitos do ajuste fiscal ultrapassaram o campo estritamente financeiro, alcançando dimensões econômicas, profissionais, psicossociais e institucionais.

Os objetivos propostos foram alcançados, na medida em que se evidenciou, de forma integrada, a relação entre as medidas de contenção de despesas, especialmente as voltadas à



folha de pagamento, e as transformações nas condições de trabalho docente. A análise demonstrou que o congelamento salarial prolongado e a ausência de recomposição inflacionária resultaram em perda real do poder aquisitivo, impactando diretamente a estabilidade financeira dos profissionais. Paralelamente, a limitação da reposição de pessoal, a redução dos investimentos em infraestrutura e as restrições à progressão na carreira contribuíram para a intensificação do trabalho e para a percepção de estagnação profissional.

No plano subjetivo, verificou-se um aumento do estresse ocupacional, dos sentimentos de desvalorização e da insegurança institucional. Esses elementos revelam que políticas de ajuste fiscal, embora estruturadas com base em indicadores econômicos, produzem efeitos significativos sobre a identidade profissional, o engajamento e o bem-estar dos trabalhadores do setor público. A docência, enquanto atividade que envolve compromisso social e construção de sentido no trabalho, mostrou-se particularmente sensível a contextos prolongados de incerteza e restrição.

A pesquisa permitiu responder ao problema central ao demonstrar que o Plano de Recuperação Fiscal gerou impactos predominantemente negativos nas condições econômicas, profissionais e psicossociais dos docentes da FAETEC, com reflexos indiretos na qualidade do ensino ofertado e na sustentabilidade institucional da educação técnica pública. Embora o regime tenha buscado reequilibrar as finanças estaduais, os custos sociais e organizacionais evidenciados indicam a necessidade de reflexão sobre os limites e as contrapartidas de políticas de austeridade em áreas estratégicas, como a educação.

Reconhece-se, contudo, que o estudo apresenta limitações. O recorte concentra-se em uma instituição específica e em um contexto estadual determinado, o que não permite generalizações automáticas para outras realidades. Além disso, a natureza qualitativa da pesquisa privilegia a profundidade interpretativa em detrimento da mensuração estatística. Ainda assim, os achados oferecem contribuições relevantes ao debate sobre administração pública e políticas educacionais, ao evidenciar que o equilíbrio fiscal deve ser acompanhado de mecanismos que assegurem a valorização profissional e a manutenção da qualidade dos serviços públicos.

Por último, os resultados apontam para a importância de novos estudos que ampliem a análise para outros estados submetidos ao Regime de Recuperação Fiscal, investiguem os efeitos de longo prazo após o encerramento formal do plano e considerem diferentes segmentos da comunidade escolar. A compreensão aprofundada desses processos é fundamental para a formulação de políticas públicas capazes de conciliar responsabilidade fiscal com a preservação do papel estratégico da educação técnica no desenvolvimento social e econômico.

## Referências

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. tradução: Pedrinho Guareschi. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto Federal nº 9.109, de 27 de julho de 2017. Regulamenta a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal. 27 jul. 2017a. Disponível em:



[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9109.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9109.htm). Acesso em: 29 set. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. 4 de maio de 2000. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 2 out. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei Complementar nº 156, de 25 de dezembro de 2016. Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar no 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória no 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000. 28 dez. 2016b. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp156.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp156.htm). Acesso em: 29 set. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei Complementar nº 159, de 15 de maio de 2017. Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares nº 101, de 4 de maio de 2000, e nº 156, de 28 de dezembro de 2016. 15 maio 2017b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp156.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp156.htm). Acesso em: 29 set. 2024.

CRUZ, Altheia Ferreira da et al. A gestão fiscal do Estado do Rio de Janeiro: uma análise à luz da LRF e da sustentabilidade da dívida no período de 2001 a 2017. *Revista de Administração Pública*, [s. l.], p. 764–775, 2018.

DAMACENO, Leandro Galheigo. Crise e gestão das finanças públicas estaduais: a implementação do Novo Regime de Recuperação Fiscal no estado do Rio de Janeiro. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/71468/44467>.

GIAMBIAGI, Fabio; TINOCO, Guilherme. Política fiscal no Brasil de 1981 a 2023: uma retrospectiva histórica: Textos para discussão. Brasília: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2023. Disponível em: [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/23785/1/PRLiv\\_215997\\_TD%20157\\_Pol%c3%adtica%20fiscal.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/23785/1/PRLiv_215997_TD%20157_Pol%c3%adtica%20fiscal.pdf). Acesso em: 30 nov. 2024.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLASER, Barney G; STRAUSS, Anselm L. *The Discovery of Grounded Theory*. Nova York: Aldine Publishing Company, 1967.

LOURENÇO, Aline da Costa. Novo Regime Fiscal: Um passo atrás para a economia brasileira. *Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 40–57, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.



MINAYO, Maria Cecília de Sousa. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. Disponível em:

<https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82/59>. Acesso em: 19 set. 2024.

NAZARETH, Paula Alexandra Canas de Paiva; ARAÚJO, Nina Quintanilha. O Rio de Janeiro no Regime de Recuperação Fiscal. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, [s. l.], p. 19–53, 2021.

PASSOS, William Souza; PORTUGAL, Rodrigo; AGUIAR FILHO, João Costa. O Regime de Recuperação Fiscal e o futuro do estado do Rio de Janeiro. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, [s. l.], p. 70–91, 2020.

PELLEGRINI, Josué. Análise da situação fiscal dos estados. [S. l.]: Senado Federal, 2020. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/580041/EE14.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2024.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Proposta Orçamentária consonante com o Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro, no período de 2020 a 2023. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/22432344/base-legal-e-estruturacao.pdf/0161d81e-79a6-9d98-690b-6625a8281cd2?version=1.0>. Acesso em: 29 fev. 2024.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Lei Complementar Estadual nº 176, de 30 de junho de 2017. Estabelece normas e diretrizes fiscais no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro. 30 jun. 2017a. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/lei-complementar-n-176-2017-rio-de-janeiro-estabelece-normas-e-diretrizes-fiscais-no-ambito-do-regime-de-recuperacao-fiscal-do-estado-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 31 mar. 2022.

RIO DE JANEIRO. Histórico da dívida pública do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://portal.fazenda.rj.gov.br/tesouro/wp-content/uploads/sites/15/2023/11/Historico-da-Divida.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

RIO DE JANEIRO. Regime de Recuperação Fiscal. [S. l.], 2024b. Portal da Transparência. Disponível em: <https://portal.fazenda.rj.gov.br/transparencia-fiscal/regime-de-recuperacao-fiscal/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Contribuições da Lei de Responsabilidade Fiscal para o avanço da *Accountability* no Brasil. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, [s. l.], v. 10, n. 47, 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/44042>. Acesso em: 17 dez. 2022.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Informações Gerais. [S. l.], 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estados-e-municipios/regime-de-recuperacao-fiscal-rrf/planos-de-recuperacao-fiscal-dos-estados/novo-plano-de-recuperacao-fiscal-do-rio-de-janeiro/informacoes-gerais>. Acesso em: 29 nov. 2024.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal: Manual RRF 2024. Brasília/DF: Tesouro Nacional, 2024b. Disponível em:



[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:30778](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:30778). Acesso em: 29 nov. 2024.

TORREZAN, Raphael Guilherme Araújo; PAIVA, Cláudio César de. A crise fiscal dos estados e o Regime de Recuperação Fiscal: o déjà vu federativo. *Revista de Administração Pública*, [s. l.], v. 55, n. 3, p. 716–735, 2021.

ZILLOTTO, Guilherme Antonio. Dois séculos de dívida pública: a história do endividamento público brasileiro e seus efeitos sobre o crescimento econômico (1822-2004). São Paulo: Editora Unesp, 2011. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/2py6x/pdf/ziliotto-9786557145241.pdf>.